

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. OBJETIVO:

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo avaliar a necessidade e a viabilidade da contratação de serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, destinados aos 1.914 profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, de forma a subsidiar a elaboração do Termo de Referência e assegurar a eficiência e continuidade das ações de promoção da saúde do servidor.

2. REFERÊNCIA LEGAL:

2.1. No Art. 18 da Lei 14.133/2021 que dispõe que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o art. 12, inciso VII, da NLLC e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendido a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido.

3. ÁREA REQUISITANTE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Itajaí, por meio do Fundo Municipal de Saúde, sendo acompanhado pela Direção Executiva Administrativa e do Setor de Regulação, Controle e Avaliação.

4. INFORMAÇÕES GERAIS:

4.1. Equipe de Planejamento:

NOME	Cargo /Função	Matrícula	E-mail
David Juan Francisco	Faturamento DRCA	1558201	davidfrancisco@itajai.sc.gov.br
Victor Moreira de Moraes Lopes	Gerente DRCA	2705301	consultas.drcaa@itajai.sc.gov.br
Vanessa Cristina de Souza	Gerente DRCA	1632607	consultas.drcaa@itajai.sc.gov.br

I. DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

5. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO OU DA NECESSIDADE APRESENTADA (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, que conta com um quadro de 1.914 profissionais, enfrenta desafios crescentes relacionados à saúde de seus servidores. O cenário pós-pandêmico, a intensificação das demandas de trabalho e a exposição à violência têm gerado altos níveis de absenteísmo (em torno de 40%), afastamentos e adoecimento por doenças crônicas, estresse e problemas de saúde mental. A presente contratação visa mitigar esses impactos negativos e

promover a saúde integral dos profissionais, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde. A demanda está alinhada às diretrizes da 1ª Conferência Municipal do Trabalhador e da Trabalhadora em Saúde de Itajaí (2025), que preconiza a assistência à saúde do servidor.

Muitos de nossos servidores sofrem com dores crônicas por esforços repetitivos ou ainda com exaustão física, um olhar cuidadoso deve ser direcionado a estas patologias pois estão frequentemente ligadas a atestados e absenteísmo.

A atenção às necessidades de nossos servidores é essencial para melhorar sua saúde física e mental, promovendo estabilidade para que este possa exercer sua profissão e consequentemente melhorando a qualidade de atendimento à população.

A partir do momento que ofertamos aos servidores Práticas Integrativas e Reabilitação Física e Psíquica, promovemos não somente melhoria no seu quadro de saúde mas também diminuição do absenteísmo, satisfação consigo e com seu trabalho, e consequentemente de forma direta e indireta melhoria da assistência à saúde pública. Trata-se portanto não de um gasto financeiro, mas um investimento em melhoria da saúde e equilíbrio psicoemocional de nossos servidores, com diminuição do absenteísmo, menor gastos de horas extras para cobertura dos faltantes, bem como melhor rendimento no trabalho pela satisfação de termos um servidor valorizado.

Infelizmente não dispomos de serviços próprios para esta nova demanda. Atualmente Itajaí tem o Centro de Referência para as PICS (práticas integrativas e complementares), entretanto a fila de espera é longa, principalmente para acupuntura que podem chegar a 2 anos. Também não dispomos de serviço próprio de psiquiatria sendo hoje este serviço terceirizado pelo consórcio AMFRI. Temos filas extensas para tratamento com psiquiatra bem como para psicoterapia com psicóloga. O que impossibilita que nossos servidores possam seguir sua assistência em serviços próprios com menor custo ao município. A ampliação deste serviço também não é possível posto que já estamos no teto para número de servidores no CEPICS.

A. Descrição da Solução Proposta:

Trata-se portanto de Assistência à Saúde atividade fim e bem essencial, direito fundamental da população e portanto de nossos servidores, cabendo à gestão pública assegurar fácil acessibilidade e portanto, a solução encontrada foi a contratação de pessoa jurídica especializada para o atendimento desses procedimentos, onde devem ser prestadas com qualidade e em tempo oportuno.

A solução proposta é o credenciamento de diversas pessoas jurídicas especializadas, que oferecerão um portfólio amplo de serviços de saúde e bem-estar. Esta modalidade permite a flexibilidade de adesão por parte dos profissionais e a diversidade de oferta de acordo com as necessidades individuais, sem vinculação a um único prestador.

Apresentadas as informações acima, é possível concluir que a implementação de serviços próprios para estes procedimentos, além de levar um tempo significativo, geraria enormes impactos financeiros aos cofres públicos, na proporção que deveriam locar e/ou comprar espaço especializado para realização desses procedimentos, contratação de mão de obra especializada, além da aquisição de materiais ambulatoriais.

Neste sentido, optamos pela modalidade de **credenciamento** para a prestação dos supracitados serviços, como uma medida de assistência à saúde física e mental de nossos servidores.

Assim, resta comprovada a necessidade da efetiva contratação de empresas tercerizadas que forneçam estes procedimentos de forma imediata, com vistas a uma maior oferta de serviços para complementar os atendimentos existentes na rede pública e filantrópica, possibilitando maior agilidade ao atendimento das demandas por procedimentos de média complexidade como consultas com psiquiatra, homeopata, psicólogos e fisioterapeutas.

Legalmente, é instituído através da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como responsabilidades, as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, como direito fundamental do ser humano e regulamenta, em todo o território nacional, as ações do SUS, estabelecendo as diretrizes para seu gerenciamento e descentralização e enfatiza a descentralização político-administrativa, por meio da municipalização dos serviços e das ações de saúde, com competências e recursos, em direção aos municípios.

Ainda, na Lei nº 8.142/1990 dispõe sobre o papel e a participação da comunidade na gestão do SUS, sobre as transferências de recursos financeiros entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na área da saúde e dá outras providências, instituída as instâncias colegiadas suas responsabilidades e os instrumentos de participação social em cada esfera de governo.

Quanto a legalidade da contratação dos serviços pela iniciativa privada de forma complementar aos serviços executados pelo SUS, o art. 199, §1º da CRFB/88 definiu as diretrizes para essa contratação e no art. 24 da Lei 8.090/90, assim disposto:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

(...)

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público”.

O Ministério da Saúde expediu Portaria de Consolidação nº 01/2017 quanto a oferta de ações e serviços de saúde pública insuficientes, abaixo:

Art. 130. Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de um determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º).

Corroborando com as leis acima disciplinas, o Ministério da Saúde como forma de orientação, disponibilizou manual para contratação de serviços de saúde:

Nas contratações complementares de serviços de saúde deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS, a necessidade de ampliação da oferta, assim como as pactuações, a programação, os parâmetros de cobertura assistencial e os recursos financeiros disponíveis para a definição do objeto e do quantitativo a ser contratado, sendo assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, conforme previsto no art. 199, §1º, da C.F, devendo o Gestor, persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, recorrer às entidades com fins lucrativos.

Por fim, considera-se a quantidade de procedimentos de média complexidade especificados neste documento a serem credenciados, todos apresentados objetivando suprir a demanda às necessidades de atendimento da população de acordo com o sistema de regulação, mediante credenciamento, conforme condições dispostas no art. 74, IV da Lei 14.133/2021 e critério de seleção previsto no art. 79, I da mesma lei.

B. Serviços a Serem Oferecidos:

As modalidades de atendimento são:

- i. Práticas de Defesa Pessoal: Foco na segurança e autoconfiança.
- ii. Tai Chi Chuan: Promoção do equilíbrio físico e mental, redução do estresse.
- iii. Yoga: Flexibilidade, força, concentração e bem-estar emocional.
- iv. Reiki Individual: Relaxamento e equilíbrio energético.
- v. Psicoterapia em Grupo: Compartilhamento de experiências, suporte emocional e estratégias de enfrentamento.
- vi. Psicoterapia individual: tratamento psicoterápico convencional e suporte personalizado para questões de saúde mental.
- vii. Fisioterapia (com foco em dores crônicas / lesão por esforço de repetição): Recuperação e fortalecimento físico, alívio de dores laborais.
- viii. Acupuntura: Terapia complementar para dor e equilíbrio energético.
- ix. Homeopatia: Tratamento de diversas patologias, incluindo ansiedade.
- x. Consultas com Psiquiatra: para pacientes com demandas de saúde mental

C. Locais de Prestação dos Serviços:

As práticas poderão ser realizadas em locais públicos, em espaços cedidos pelas credenciadas (locais privados) ou nas instalações da própria Secretaria de Saúde, mediante solicitação e disponibilidade, garantindo acessibilidade e conveniência aos profissionais.

6. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Há previsão conforme disposto no Plano Anual de Contratações.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.1. Os requisitos encontrados para a contratação, são com Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema único de Saúde no Município de Itajaí, na realização de serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, aos profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme as necessidades da Administração Pública e a demanda dos profissionais.

7.2. A contratação se dará de forma direta aos procedimentos mencionados no item 5.2, os quais deverão ser executados por profissionais e em unidade da empresa contratada, que serão

pagos com recursos vinculados federais ou próprios municipais, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei.

- 7.3.** Para o caso em tela, faz-se necessário a contratação de forma paralela e não excludente, sendo a forma mais vantajosa para a Administração para a contratação deste objeto, onde poderá realizar a contratação simultânea em condições padronizadas, para prestigiar o princípio da isonomia, permitindo que os particulares definam de antemão se possuem condições de fornecer o objeto adequado para suprir a necessidade da Administração.
- 7.4.** Assim, os interessados serão credenciados de acordo com a apresentação dos documentos necessários. Após selecionados, haja vista não haver a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados (caso houver mais de uma empresa interessada), há a necessidade de previsão de convocação em sistema de rodízio ou realizar processo de desempate.
- 7.5.** A distribuição dos quantitativos definidos neste ETP se dará entre todas as empresas credenciadas, considerando a quantidade ofertada de cada credenciado, de modo que a repartição total dos quantitativos necessário ocorra de forma igualitária e/ou proporcional à estrutura disponibilizada.
- 7.6.** Portanto, após a publicação da homologação do resultado, os credenciados serão notificados para tomar conhecimento quanto à distribuição do teto físico, e caso não haja a aceitação do teto disponível, o mesmo deverá assinar Termo de Desistência do Credenciamento.
- 7.7.** Havendo a desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar que apresentaram proposta para o item que houve desistência.
- 7.8.** A prestação dos serviços compreenderá o atendimento ambulatorial que corresponde às consultas, e terapias especializadas e integrativas.
- 7.9.** Área de Abrangência e Delimitação Geográfica deverá ser necessariamente o prestador habilitado, além de possuir em seu cadastro CNES nos casos indicados, capacidade instalada nas especialidades a que se propõe, para tal, deverá ter sua estrutura no Município de Itajaí, ou se dispor a prestar o serviço dentro da área geográfica do município.
- 7.10.** Os procedimentos ambulatoriais serão pagos conforme execução, de acordo com produção apresentada e auditada, seguindo as recomendações estabelecidas neste ETP.

8. DA DISTRIBUIÇÃO DO TETO FINANCEIRO

- 8.1.** A distribuição dos quantitativos definidos deverá obedecer às estipulações dos itens 7.6. a 7.8. acima mencionados.

9. DA FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1.** A realização dos procedimentos será conduzida através de um sistema de rodízio. Em cada período designado, os procedimentos ambulatoriais serão executados por uma empresa credenciada diferente, garantindo assim que todas as empresas participantes do processo de credenciamento tenham a oportunidade de prestar o serviço;
- 9.2.** A forma de rodízio será de acordo com o número de prestadores credenciados. Cada prestador atenderá em um determinado período por vez. Assim, havendo mais de 1

prestador contratado, cada prestador terá disponível os serviços contemplados neste ETP, para garantir a continuidade da assistência aos pacientes, sem interrupção dos serviços.

9.3. O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o primeiro a prestar os serviços e assim sucessivamente, reiniciando-se o rodízio na mesma ordem.

9.4. Havendo mais de um credenciado na mesma data, será realizado sorteio entre eles para estabelecer a ordem dentro do sistema de rodízio.

10. DOS QUANTITATIVOS, VALORES, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. PROCEDIMENTOS

10.1.1. As contratações para a realização dos procedimentos relacionadas neste ETP serão pagas com recursos vinculados federais, Despesa: 425 - 26 . 26026 . 10 . 301 . 3 . 2.284 . 0 . 339000 - 21 - Receitas e Transferências de Impostos – Saúde;

10.1.2. Os valores têm como referência os indicados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), pela tabela da AMFRI e por iniciativa da Administração Pública local,

10.1.3. Na Tabela 1, abaixo, constam todos os itens disponíveis para credenciamento, agrupados em 04 grupos de procedimentos similares, contendo o quantitativo total de cada um dos procedimentos a serem credenciados, o valor por procedimento bem como o custeio global.

TABELA 1 – REABILITAÇÃO FÍSICA E MENTAL

GRUPO 01 – CONSULTAS MÉDICAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
01	0301010072	Consulta Médica na Atenção especializada (Homeopatia)	10,00	80,00	90,00	800
02	0301010072	Consulta Médica na Atenção especializada (Psiquiatria)	10,00	110,00	180,00	1.200
GRUPO 02 – CONSULTAS PSICOLOGIA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
03	0301010048	Consulta de Profissional de Nível Superior, exceto médico (Psicologia)	6,30	63,70	70,00	1.000
04	0301080160	Atendimento em psicoterapia de grupo por sessão	5,59	74,41	80,00	200

		(Obs: 01 sessão = 50 minutos)				
05	0301080178	Atendimento individual em psicoterapia	2,55	77,45	80,00	1000
GRUPO 03 – PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES						
Item	Código	Procedimentos/Descrição	Valor SUS	Complemento Valor por Sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	Total	Capacidade Oferta Mensal (Procedimentos)
06	0101010036	YOGA (Prática corporal/Atividade Física em Grupo) (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	600
07	0309050162	REIKI (Imposição de Mãos) (Individual)	0,00	70,00	70,00	1.000
08	0101050011	TAI CHI (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	35,00	35,00	1.000
09	0101050011	ACUPUNTURA (Individual)	0,00	70,00	70,00	1.000
10	0101050070	MEDITAÇÃO (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	600
11	0101050020	TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA Com o tema “Treinamento de Inteligência Emocional: Alcançando Resultados Eficazes na Vida Pessoal e Profissional” (Grupo de 30 a 40 pessoas) (03 módulos de 4 horas)	0,00	167,00	167,00	480
12	0101050119	SESSÃO DE BIOENERGÉTICA (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	300
13	0101050127	SESSÃO DE CONSTELAÇÃO FAMILIAR (Grupo de até 15 pessoas)	0,00	70,00	70,00	300
14	0101010036	PRÁTICAS PARA DEFESA PESSOAL	0,00	70,00	70,00	4.000

		INDIVIDUAL (Prática corporal/Atividade Física em Grupo) (Grupo de até 10 pessoas)				
15	0101050135	SESSÃO DE DANÇA CIRCULAR (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
16	0101050100	SESSÃO DE BIODANÇA (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
17	0101050089	Sessão de Musicoterapia (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
18	0101050089	TERAPIAS ATRAVÉS DO CANTO E MUSICA INSTRUMENTAL Canto e Musica instrumental como recurso musicoterapêutico, incluindo técnicas e treinamentos (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
GRUPO 04 – ESPECIALIDADE EM FISIOTERAPIA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
19	0301010048	Consulta de Profissional de Nível Superior, exceto médico (Fisioterapia)	6,30	63,70	70,00	500
20	0302010025	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes c/ Disfunções Uroginecológicas	4,67	20,33	25,00	20.000
21	0302050027	Atendimento Fisioterapêutico nas Alterações Motoras e de Esforço de Repetição	4,67	20,33	25,00	

TOTAL FINAL DA TABELA 01: R\$ 1.770.160,00

11. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

- 11.1.** Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- 11.2.** Os preços de referência utilizados neste Credenciamento foram fixados em conformidade com os valores praticados pela Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), observando a Deliberação nº 04/2021 da Comissão Intergestores Regional – CIR da Foz do Rio Itajaí, que homologou os reajustes dos serviços médicos e determinou que os municípios da macrorregião adotassem, em seus cálculos de credenciamento interno, as tabelas do Consórcio Intermunicipal de Saúde, a CBHPM e o SIGTAP.
- 11.3.** Diante da necessidade abordada neste estudo, realizou-se um levantamento de mercado com o intuito de identificar e analisar soluções para uma possível contratação, levando em consideração critérios de vantagem para a Administração, como conveniência, economicidade e eficiência.
- 11.3.1. Solução 1:** Aumentar o teto dos médicos especialistas e realizar novo concurso público para ampliação dos serviços próprios vigentes.
- 11.3.2. Solução 2:** Contratação de empresa ou entidade especializada em serviços de reabilitação física e mental incluindo práticas integrativas, com gestão plena destes serviços.
- 11.4.** Analisando a Solução 1 proposta e considerando a natureza da demanda, e o fato de recentemente o Município ter realizado concurso público para área médica e atendimento aos pacientes do SUS, demonstra a necessidade de medidas para zerar as filas reprimidas, a Solução 01 torna-se questionável, visto a falta de profissionais para realização de concursos para as áreas abrangidas neste ETP. Isso se deve tanto pela diversidade de especialidades envolvidas e pela gama de profissionais necessários. A realização de concurso público demandaria recursos investidos, tempo, criação de cargos, sendo que a necessidade aflora há muito tempo e necessita de resoluções imediatas.
- 11.5.** Quanto à Solução 2, que consiste em contratar uma empresa ou entidade especializada para realizar os procedimentos, mostrou-se mais viável. Essa abordagem permite uma resposta mais ágil e flexível às demandas de nossos servidores. Ao terceirizar esse serviço, o município pode se beneficiar da expertise e da capacidade operacional da empresa contratada, garantindo um atendimento eficiente e de qualidade aos pacientes. Ademais, este tipo de contratação não impacta na folha de pagamento do município e não compromete o limite prudencial com folha de pagamento, considerando que esta contratação destina-se a contratação de serviços.
- 11.6.** A partir dessas opções, surgiram duas alternativas para efetivar a contratação:
- 11.6.1. Pregão com Contrato:** Esta alternativa oferece vantagens em termos de fiscalização, uma vez que envolve um processo competitivo de seleção de uma única empresa por meio de pregão. Isso facilita a supervisão e a gestão do contrato, uma vez que há apenas um fornecedor responsável. No entanto, é importante observar que essa abordagem pode limitar o número de prestadores de serviços disponíveis, além de limitar o número de exames e procedimentos e não ter um impacto significativo no número de atendimentos, trazendo transtornos e demora até resolução do problema aventado neste ETP.
- 11.6.2. Credenciamento de procedimentos eletivos:** O credenciamento permite a seleção de vários prestadores de serviços, proporcionando maior diversidade e flexibilidade na escolha dos profissionais de saúde. Além disso, ao contrário do pregão com contrato, o

processo de credenciamento permanece aberto ao longo do ano, permitindo que mais empresas se credenciem conforme necessário. Isso evita a concentração em uma única empresa e oferece a oportunidade de escolher entre uma variedade de prestadores de serviços, o que pode ser vantajoso em termos de qualidade e especialização. Dessa forma, considerando as características e necessidades específicas do município, tornou-se evidente que a melhor opção seria contratação de empresa para a prestação dos procedimentos ambulatoriais mediante processo de credenciamento.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 12.1.** As estimativas do valor da contratação estão estipuladas na TABELA 1 deste ETP que foram levadas em consideração com a demanda e número de servidores para procedimentos ambulatoriais. Ressalta-se que o orçamento (valor do objeto) foi baseado na TABELA CISAMFRI;
- 12.2.** O valor global estimado para consecução do objeto do presente estudo é de R\$ 1.770.160,00 (um milhão setecentos e setenta mil cento e sessenta reais), por ano.

13. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 13.1.** Considerando o exposto no item 11, a solução é o CREDENCIAMENTO de empresas para a prestar serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, aos profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme as necessidades da Administração Pública e a demanda dos profissionais.
- 13.2.** Essa escolha proporciona flexibilidade e diversidade na prestação de serviços de saúde para a população, permitindo um maior número de empresas selecionadas e, consequentemente, um atendimento mais amplo à demanda do município.
- 13.3.** Objetiva a contratação mediante credenciamento, uma vez que os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal, conforme a seguir:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

- 13.4.** Nesse sentido, a realização do processo de credenciamento se justifica, por ser o instituto aplicável em situações de inexigibilidade de licitação, quando não há que se falar em concorrência dentre os interessados, também porque nesse procedimento, a avaliação técnica limita-se a verificar se o interessado, possui capacidade para executar o serviço, sem caráter classificatório.

13.5. A realização do procedimento encontra-se motivada na necessidade de salvaguardar o interesse público e assegurar a integralidade da assistência, por meio do reforço de procedimentos executados por profissionais do quadro da contratada e no ambiente desta que possui todos os equipamentos necessários para a realização dos procedimentos, tendo em vista a insuficiência de materiais e servidores do quadro efetivo para fazer frente à grande demanda, que acompanhou o aumento do número de servidores.

14. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.1. A contratação não é parcelada posto que o contrato é feito por item de fornecimento, sendo que quanto maior número de empresas credenciadas, maior oferta de serviços e mais rapidamente a fila de espera será suprimida.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

15.1. Não se aplica pois não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.1. O credenciamento de profissionais e clínicas para a prestação de serviços ambulatoriais e terapêuticos visa promover a economicidade e o uso racional dos recursos públicos, ao permitir que a Administração remunere somente os atendimentos efetivamente realizados, sem custos fixos de manutenção de equipe própria. A medida possibilita o melhor aproveitamento dos recursos humanos já existentes na Secretaria Municipal de Saúde, que poderá concentrar suas equipes em atividades estratégicas e de gestão, enquanto os serviços complementares de saúde física e mental são prestados por profissionais credenciados, conforme demanda real dos servidores. Do ponto de vista financeiro, a contratação via credenciamento reduz custos administrativos e operacionais, uma vez que dispensa processos licitatórios recorrentes, garante previsibilidade orçamentária e viabiliza a contratação descentralizada e flexível, de acordo com a necessidade da Administração. Espera-se, com isso, melhoria da qualidade de vida dos servidores, redução de afastamentos por motivos de saúde e otimização da produtividade nas unidades de atendimento, resultando em eficiência institucional e retorno social positivo para o Município.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.1. Antes da celebração dos contratos decorrentes do credenciamento, a Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar as seguintes providências:

17.1.1. Elaboração e aprovação do Edital de Chamamento Público, com a definição das modalidades de serviços, critérios de habilitação técnica, forma de remuneração e regras de credenciamento;

17.1.2. Verificação da disponibilidade orçamentária;

17.1.3. Análise Jurídica prévia do instrumento convocatório e demais documentos pertinentes, assegurando a conformidade legal e a mitigação de riscos;

17.1.4. Designação formal do gestor e dos fiscais de contrato;

17.1.5. Publicação do chamamento público no portal oficial do Município e nos meios de divulgação exigidos em lei, garantindo a ampla transparência e o acesso de profissionais e clínicas interessadas;

17.1.6. Implantação de mecanismos de controle e registro de atendimentos, incluindo sistema de monitoramento para acompanhamento das horas/atendimentos realizados, garantindo eficiência e rastreabilidade na execução contratual;

17.2. Estas providências visam assegurar a regularidade e a transparência do processo, bem como o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, garantindo que a contratação atenda plenamente ao interesse público e às normas da Lei 14.133/2021.

18. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

18.1. A CONTRATADA deverá observar as normas de sustentabilidade aplicáveis aos itens, primando pela aquisição desses com menor impacto sobre os recursos naturais, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, maior vida útil e menor custo de manutenção do bem, no que for cabível. Observar quanto a possíveis resíduos sólidos, as disposições contidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Itajaí/SC.

19. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO E REVISÃO DO ETP

David Juan Francisco
Faturamento DRCA
Matricula: 1558201
davidfrancisco@itajai.sc.gov.br

Victor Moreira de Moraes Lopes
Gerente DRCA

Matricula: 2705301
consultas.drcaa@itajaí.sc.gov.br

Vanessa Cristina de Souza
Gerente DRCA
Matricula: 1632607
consultas.drcaa@itajaí.sc.gov.br

20. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 20.1.** Ante às razões expostas e tendo em vista e considerando tratar-se de Assistência à Saúde, Direito Fundamental assegurado pela Constituição Federal – Art. 196 a 200, Lei 8.080/90 e demais legislações pertinentes, cabendo à gestão pública assegurar a UNIVERSALIDADE do ACESSO e a INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA.
- 20.2.** A contratação visa garantir a boa execução dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, melhoria do ambiente de trabalho, declarando assim, viável esta contratação. Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.
- 20.3.** Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, novembro de 2025.

MYLENE MARTINS LAVADO
Secretária Municipal de Saúde